

An aerial photograph of a tall, yellow metal lattice transmission tower standing in a dense, green forest. The scene is shrouded in a thick layer of white mist or fog, which partially obscures the background and the lower parts of the tower. In the distance, another similar tower is visible, with power lines stretching across the landscape. The overall atmosphere is serene and somewhat ethereal.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 6
SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de
dezembro de 2025

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL.....	04
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	06
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	08

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	13
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
6	INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	15
7	CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	15
8	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	16
9	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	18
10	DIVIDENDOS DECLARADOS.....	19
11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
12	PESSOAL E ADMINISTRADORES	21
13	RESULTADO FINANCEIRO	21
14	PARTES RELACIONADAS	22
15	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
16	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	23
17	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	27
18	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	27
19	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27
20	SEGUROS	28



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas da
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.660	78.806
Investimentos temporários	6	32.184	156.120
Concessionárias e permissionárias	7	25.447	22.939
Tributos compensáveis		20.801	11.864
Serviços em curso		2.057	1.224
Despesas pagas antecipadamente		-	18
Outros ativos circulantes		2.275	3.841
Total do circulante		99.424	274.812
Não circulante			
Tributos compensáveis		-	57
Imobilizado	8.1	522.602	536.818
Intangível	8.2	9.964	10.019
Total do não circulante		532.566	546.894
Total do ativo		631.990	821.706
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		6.471	10.098
Obrigações sociais e trabalhistas		57	-
Empréstimos e financiamentos	9	28.580	26.762
Dividendos declarados	10	2.304	9.019
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		9.176	1.469
Tributos a recolher		1.393	7.391
Encargos setoriais		2.290	1.830
Outros passivos circulantes		6.714	5.804
Total do passivo circulante		56.985	62.373
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	537.212	539.856
Tributos diferidos		32	32
Outros passivos não circulantes		1.651	1.651
Total do passivo não circulante		538.895	541.539
Total do passivo		595.880	603.902
Patrimônio líquido	11		
Capital social		106.165	104.770
Reserva de incentivos fiscais		74.120	45.675
Reserva legal		21.233	20.706
Reserva de lucros a realizar		333.687	307.933
Dividendos adicionais propostos		-	107.799
Reserva de investimentos e expansão		84.932	58.838
Proventos excedentes da contabilidade societária		(584.027)	(427.927)
Total do patrimônio líquido		36.110	217.794
Total do passivo e patrimônio líquido		631.990	821.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Notas	2025	2024
Receita / Ingresso			
Transmissão de energia		173.574	162.810
Outras receitas		51	-
		<u>173.625</u>	<u>162.810</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(2.869)	(2.859)
Cofins		(13.000)	(13.169)
		<u>(15.869)</u>	<u>(16.028)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.557)	(1.515)
Taxa de fiscalização		(594)	(570)
		<u>(2.151)</u>	<u>(2.085)</u>
Receita líquida/ Ingresso líquido		<u>155.605</u>	<u>144.697</u>
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	12	(3.035)	(2.909)
Material		(29)	(27)
Serviços de terceiros		(2.327)	(1.911)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	(3)
Depreciação e amortização		(15.995)	(15.968)
Outros		(118)	(166)
		<u>(21.511)</u>	<u>(20.984)</u>
Resultado da atividade		<u>134.094</u>	<u>123.713</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		28.969	22.295
Despesas financeiras		(53.376)	(54.054)
		<u>(24.407)</u>	<u>(31.759)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>109.687</u>	<u>91.954</u>
Despesas com impostos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição Social	15	(34.713)	(27.879)
Incentivos fiscais		28.445	19.834
		<u>(6.268)</u>	<u>(8.045)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>103.419</u>	<u>83.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	103.419	83.909
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>103.419</u>	<u>83.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da Contabilidade Societária	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		104.770	20.706	315.863	25.841	58.838	30.684	(383.114)	-	173.588
Dividendos adicionais distribuídos - 2023		-	-	-	-	-	(30.684)	-	-	(30.684)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	83.909	83.909
Destinação do lucro	11.2									
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	19.834	-	-	-	(19.834)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	(7.930)	-	-	-	-	-	(7.930)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(1.089)	(1.089)
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	107.799	-	(107.799)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(44.813)	44.813	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		104.770	20.706	307.933	45.675	58.838	107.799	(427.927)	-	217.794
Aumento de capital		1.395	-	-	-	(1.395)	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos - 2024		-	-	-	-	-	(107.799)	-	-	(107.799)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	103.419	103.419
Destinação do lucro	11.2									
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	28.445	-	-	-	(28.445)	-
Constituição de reserva legal		-	527	-	-	-	-	-	(527)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	200.754	-	-	-	-	(200.754)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(2.304)	(2.304)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(175.000)	-	-	-	-	-	(175.000)
Constituição de reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	27.490	-	-	(27.490)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(156.101)	156.101	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		106.165	21.233	333.687	74.120	84.933	-	(584.028)	-	36.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	103.419	83.909
Ajuste para:		
Amortização do imobilizado e intangível	15.995	15.968
Baixas	-	410
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	53.035	54.036
Rendimentos de investimentos temporários	(16.201)	(22.765)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	6.268	8.045
	<u>162.516</u>	<u>139.603</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos e passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(2.508)	(3.691)
Tributos compensáveis	(8.880)	(7.312)
Serviços em curso	(833)	-
Despesas pagas antecipadamente	1	(16)
Outros créditos a receber	-	(575)
Outros ativos circulantes	1.566	-
Fornecedores	(3.627)	(1.121)
Tributos a recolher	1.439	6.933
Obrigações sociais e trabalhistas	57	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.527	-
Encargos setoriais	460	328
Outros passivos	857	2.503
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>152.575</u>	<u>136.652</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.464)	(7.995)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(27.392)	(27.365)
Rendimentos de investimentos temporários	12.814	22.765
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>130.533</u>	<u>124.057</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	(1.715)	(334)
Aquisições no ativo intangível	-	(9)
Aplicações e resgates de investimentos temporários	127.323	(34.079)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos	<u>125.608</u>	<u>(34.422)</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(26.469)	(24.707)
Dividendos pagos	(291.818)	(39.708)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(318.287)</u>	<u>(64.415)</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(62.146)</u>	<u>25.220</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.806	53.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.660	78.806
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(62.146)</u>	<u>25.220</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A (“Presidente Juscelino”, “Companhia” ou “Outorgada”), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 6 SPE S.A, teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.173/0001-02 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., tendo por controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, em 500 kV^(*), com extensão aproximada de 330^(*) quilômetros.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do poder concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
014/2017	30 anos	10/02/2047	161.719	153.550	IPCA

(*) Não auditado.

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia no ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, RAP de R\$ 161.719.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,44% a RAP.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 014/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de fevereiro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3 Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 16 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 27 de abril de 2026.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026 e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Receita líquida/Ingresso líquido (reconhecimento de receita)

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	4.365	4.202
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	10.926	74.604
Operações compromissadas	1.369	-
Total	16.660	78.806

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A variação é decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos no exercício.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 101,31% a.a. do CDI (102,99% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6 Investimentos temporários

	2025	2024
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	14.451	140.270
Recursos vinculados (b)	17.733	15.850
Total (c)	<u>32.184</u>	<u>156.120</u>

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.
- (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.
- (c) Variação decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos no exercício.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 100,49% do CDI (97,79% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024). A variação no período refere-se ao pagamento de dividendos.

7 Concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer (até 60 dias)	16.201	15.956
Saldo vencidos		
90 dias	384	1.235
de 91 a 180 dias	1.066	832
de 181 a 360 dias	826	1.590
acima de 361 dias (a)	6.970	3.326
Total (b)	<u>25.447</u>	<u>22.939</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8 Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Máquinas e Equipamentos	570.196	-	456	570.652	(58.509)	512.143	527.491
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.852	-		3.852	(508)	3.344	3.471
Subtotal	574.048	-	456	574.504	(59.017)	515.487	530.962
Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.698	-	-	1.698	-	1.698	1.698
Máquinas e Equipamentos	4.158	1.715	(456)	5.417	-	5.417	4.158
Subtotal	5.856	1.715	(456)	7.115	-	7.115	5.856
Total do imobilizado	579.904	1.715	-	581.619	(59.017)	522.602	536.818

Ativo Imobilizado R\$ mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		574.504	(59.017)	515.487	530.962
Custo Histórico	3,95%	574.504	(59.017)	515.487	530.962
Em Curso					
Transmissão		7.115	-	7.115	5.856
Custo Histórico		7.115	-	7.115	5.856
Total do imobilizado		581.619	(59.017)	522.602	536.818

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Outros gastos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	1.051	496	168	1.715
Total das adições	1.051	496	168	1.715

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	6,30%
Estrutura Geral	2,88%
Condutor de Sistema	2,70%

8.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão						
Servidões	8.488	-	8.488	-	8.488	8.488
Outros	1.651	-	1.651	(482)	1.169	1.224
Subtotal	10.139	-	10.139	(482)	9.657	9.712
Intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Valor Bruto em 2025	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão						
Outros	268	-	268	-	268	268
Subtotal	268	-	268	-	268	268
Administração	39	-	39	-	39	39
Softwares	39	-	39	-	39	39
Subtotal	307	-	307	-	307	307
Total do intangível	10.446	-	10.446	(482)	9.964	10.019

9 Empréstimos e financiamentos

9.1 Abertura do financiamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
BNDES - Subcredito A	574	16.054	256.866	273.494	Sim	abr/19	Recebíveis + Outros	IPCA	4,93%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/12/2042	Mensal	SAC
BNDES - Subcredito B	615	11.397	281.308	293.320	Sim	abr/19	Recebíveis + Outros	IPCA	4,93%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/12/2042	Mensal	Price
Custo de Captação Empréstimos (BNDES)	-	(60)	(962)	(1.022)	Sim	dez/20	N.A.	N.A.	4,93%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/12/2042	N.A.	N.A.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.189	27.391	537.212	565.792											

9.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

Instituição / Linha credora	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
BNDES - Subcredito A	16.054	16.054	16.054	16.054	16.054	176.596	256.866
BNDES - Subcredito B	12.036	12.550	13.168	13.817	14.498	215.239	281.308
Custo de Captação Empréstimos (BNDES)	(60)	(60)	(60)	(60)	(60)	(662)	(962)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	28.030	28.543	29.162	29.811	30.492	391.173	537.212

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal + Juros Curto prazo	Principal + Juros Longo prazo	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	48.844	-	48.844	234.926
Caixa e aplicações financeiras	4.365	-	4.365	4.202
Aplicação financeira CDB	10.926	-	10.926	74.604
Operações compromissadas	1.369	-	1.369	-
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	16.660	-	16.660	78.806
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	14.451	-	14.451	140.270
Aplicação financeira - Recursos vinculados (circulante)	17.733	-	17.733	15.850
Investimentos temporários - subtotal	32.184	-	32.184	156.120

9.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida Bruta	1.189	27.391	537.212	565.792	566.618
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.189	27.391	537.212	565.792	566.618
(-) Ativos Financeiros	-	(48.844)	-	(48.844)	234.926
Alta Liquidez	-	(48.844)	-	(48.844)	234.926
(+) Dívida Líquida	1.189	(21.453)	537.212	516.948	331.692

9.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

O financiamento contratado pela Companhia possui garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Abaixo está apresentado o covenant financeiro presente no contrato de empréstimos da Companhia:

Covenants Empréstimos	BNDES
ICSD >= 1,30	2,65

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro do limite estipulado no contrato.

10 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	259.520	128.722
(-) Reserva Legal	(527)	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(28.446)	(19.834)
Lucro líquido ajustado	230.547	108.888
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	2.304	1.089
Realização da Reserva de Lucros a realizar – Dividendos mínimos	-	7.930
Dividendos adicionais:		
Dividendos adicionais propostos	-	107.799
Total dividendos	2.304	116.818

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.024
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	30.684
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.089
Dividendos da reserva de lucro a realizar	7.930
Pagamento de dividendos no exercício	(39.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.019
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	107.799
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	2.304
Dividendos da reserva de lucro a realizar 2025	175.000
Pagamento de dividendos no exercício	(291.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.304

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 106.165 (R\$ 104.770 em 31 de dezembro de 2024). O capital está representado por 106.164.713 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 27 de maio de 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, houve a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir aumento através da integralização de capital no valor de R\$ 1.395.

11.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(a)	74.120	45.675
Reserva legal	(b)	21.233	20.706
Reserva de lucros a realizar	(c)	333.687	307.933
Reserva para investimento e expansão	(d)	84.932	58.838
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	-	107.799
Proventos da contabilidade societária	(f)	(584.027)	(427.927)
Total		(70.055)	113.024

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 74.120 (R\$ 45.675 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$28.445 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025. (R\$ 45.675 no exercício de 2024).

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal correspondia a R\$ 21.233 (R\$ 20.706 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 333.687 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 307.933).

d. Reserva para investimentos e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 84.932 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 58.838).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 26 de março de 2025, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 107.799 e em 31 de dezembro de 2025 não teve aprovação até o momento de dividendos adicionais propostos (R\$ 107.799 em 31 de dezembro de 2024).

f. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

12 Pessoal e administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores	2025	2024
<u>Pessoal</u>	<u>(2.837)</u>	<u>(2.501)</u>
Remuneração	(1.318)	(1.900)
Encargos	(491)	(96)
Previdência privada - Corrente	(53)	(9)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(468)	(456)
Outros benefícios - corrente	(507)	(40)
<u>Administradores</u>	<u>(198)</u>	<u>(408)</u>
Remuneração	(198)	(408)
Total	<u>(3.035)</u>	<u>(2.909)</u>

13 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	29.015	22.765
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.413)	(1.087)
Outras receitas financeiras	1.367	617
Receitas financeiras	<u>28.969</u>	<u>22.295</u>
Encargos da dívida	(27.558)	(27.430)
Variação monetária da dívida	(25.477)	(26.606)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-
Despesas financeira com P&D	(15)	106
Outras despesas financeiras	(326)	(124)
Despesas financeiras	<u>(53.376)</u>	<u>(54.054)</u>
Resultado financeiro	<u>(24.407)</u>	<u>(31.759)</u>

14 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas (*), principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	2025		2024	
	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)*				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora De Energia S.A.	-	-	140	-
Equatorial Pará Distribuidora De Energia S.A.	-	-	196	-
Equatorial Alagoas Distribuidora De Energia S.A.	-	-	103	-
Equatorial Piauí Distribuidora De Energia S.A.	-	-	86	-
Companhia Estadual De Distribuição De Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	280	-
Companhia De Eletricidade Do Amapá (Cea)	-	-	23	-
Equatorial Goiás Distribuidora De Energia S.A.	-	-	318	-
Total	-	-	1.146	-
Outras contas a receber*				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora De Energia S.A.	-	-	12	23
Equatorial Pará Distribuidora De Energia S.A.	-	-	11	16
Equatorial Alagoas Distribuidora De Energia S.A.	-	-	3	6
Equatorial Piauí Distribuidora De Energia S.A.	-	-	1	4
Companhia Estadual De Distribuição De Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	1	7
Companhia De Eletricidade Do Amapá (CEA)	-	-	1	3
Barreiras Transmissora De Energia S.A.	-	-	4	7
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	6	9
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	4	8
Jaíba Transmissora De Energia S. A	-	-	71	196
Alto Sertão Transmissora De Energia S. A	-	-	41	99
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	-	-	15	22
Equatorial Goiás Distribuidora De Energia S. A	-	-	5	9
Total	-	-	175	409
Outras contas a pagar*				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora De Energia S.A.	-	-	(56)	(251)
Equatorial Pará Distribuidora De Energia S.A.	-	-	(21)	(118)
Equatorial Alagoas Distribuidora De Energia S.A.	-	-	(17)	(47)
Equatorial Piauí Distribuidora De Energia S.A.	-	-	(9)	(37)
Companhia Estadual De Distribuição De Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	(17)	(40)
Companhia De Eletricidade Do Amapá (CEA)	-	-	(5)	(13)
Barreiras Transmissora De Energia S.A.	-	-	(6)	(12)
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	(17)	(36)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	(3)	(6)
Jaíba Transmissora De Energia S. A	-	-	(458)	(1.895)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	(127)	(339)
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	-	-	(38)	(68)
Equatorial Goiás Distribuidora De Energia S.A.	-	-	(49)	(73)
Controladora direta				
Equatorial S.A.	-	-	-	(155)
Total	-	-	(823)	(3.090)
Dividendos declarados*				
Controladora direta				
Verene Transmissão Subholding S.A. (a)	2.305	-	(9.019)	-
Total	2.305	-	(9.019)	-

(*) A partir de 31 de outubro de 2025, com a mudança de controle societário da Companhia, os saldos de contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar foram liquidados, fazendo com que as entidades em questão não sejam mais partes relacionadas

(a) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025 e 2024. A variação está demonstrada na nota explicativa nº 10 Dividendos declarados.

14.1 Remuneração das pessoas chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com três membros do Conselho de Administração e dois membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 198 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

15 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	109.687	91.954
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(37.294)	(31.264)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	28.446	19.834
Ativo contratual - CPC 47	2.580	3.385
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.268)	(8.045)

(a) A Outorgada obteve em 2020 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

16 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Balço patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		16.660	-	16.660	78.806	-	78.806
Investimentos temporários		32.184	-	32.184	156.120	-	156.120
Concessionárias e permissionárias		25.447	-	25.447	22.939	-	22.939
Tributos compensáveis		20.801	-	20.801	11.864	-	11.864
Serviços em curso		2.057	-	2.057	1.224	-	1.224
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	18	(17)	1
Ativos de contratos	16.1	-	168.642	168.642	-	169.499	169.499
Outros ativos circulantes		2.275	-	2.275	3.841	17	3.858
Total do ativo circulante		99.424	168.642	268.066	274.812	169.499	444.311
Não circulante							
Tributos compensáveis		-	-	-	57	-	57
Imobilizado	16.2	522.602	(522.602)	-	536.818	(536.818)	-
Intangível	16.3	9.964	(8.794)	1.170	10.019	(8.794)	1.225
Ativos de contratos	16.1	-	1.442.587	1.442.587	-	1.193.371	1.193.371
Total do ativo não circulante		532.566	911.191	1.443.757	546.894	647.759	1.194.653
Total do ativo		631.990	1.079.833	1.711.823	821.706	817.258	1.638.964
Passivo							
		2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		6.471	-	6.471	10.098	-	10.098
Obrigações sociais e trabalhistas		57	-	57	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		28.580	-	28.580	26.762	-	26.762
Dividendos declarados		2.304	-	2.304	9.019	-	9.019
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		9.176	-	9.176	1.469	-	1.469
Tributos a recolher		1.393	-	1.393	7.391	(16)	7.375
Encargos setoriais		2.290	-	2.290	1.830	-	1.830
PIS e COFINS diferidos	16.5	-	7.041	7.041	-	5.688	5.688
Outros passivos circulantes		6.714	-	6.714	5.804	16	5.820
Total do passivo circulante		56.985	7.041	64.026	62.373	5.688	68.061
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		537.212	-	537.212	539.856	-	539.856
Tributos diferidos	16.5	32	346.768	346.800	32	263.266	263.298
PIS e COFINS diferidos	16.5	-	141.997	141.997	-	120.378	120.378
Outros passivos não circulantes		1.651	-	1.651	1.651	-	1.651
Total do passivo não circulante		538.895	488.765	1.027.660	541.539	383.644	925.183
Patrimônio líquido							
Capital social	17	106.165	-	106.165	104.770	-	104.770
Reserva de incentivos fiscais		74.120	-	74.120	45.675	-	45.675
Reserva legal		21.233	-	21.233	20.706	-	20.706
Reserva de Lucros a Realizar		333.687	-	333.687	307.933	-	307.933
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	107.799	-	107.799
Reserva de Investimentos e Expansão		84.932	-	84.932	58.838	(1)	58.837
Proventos excedentes da contabilidade societária		(584.027)	584.027	-	(427.927)	427.927	-
Total do patrimônio líquido		36.110	584.027	620.137	217.794	427.926	645.720
Total do passivo e patrimônio líquido		631.990	1.079.833	1.711.823	821.706	817.258	1.638.964

PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	16.1						
Transmissão de energia		173.574	(173.574)	-	162.810	(162.810)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	409.352	409.352	-	193.585	193.585
Receita de O&M		-	12.581	12.581	-	6.700	6.700
Outras receitas		51	-	51	-	19.276	19.276
		<u>173.625</u>	<u>248.359</u>	<u>421.984</u>	<u>162.810</u>	<u>56.751</u>	<u>219.561</u>
Tributos							
PIS-PASEP		(2.869)	(4.098)	(6.967)	(2.859)	-	(2.859)
Cofins		(13.000)	(18.875)	(31.875)	(13.169)	-	(13.169)
		<u>(15.869)</u>	<u>(22.973)</u>	<u>(38.842)</u>	<u>(16.028)</u>	<u>-</u>	<u>(16.028)</u>
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.557)	-	(1.557)	(1.515)	-	(1.515)
Taxa de fiscalização		(594)	-	(594)	(570)	-	(570)
		<u>(2.151)</u>	<u>-</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(2.085)</u>	<u>-</u>	<u>(2.085)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>155.605</u>	<u>225.386</u>	<u>380.991</u>	<u>144.697</u>	<u>56.751</u>	<u>201.448</u>
Custos Gerenciáveis	16.6						
Pessoal e administradores		(3.035)	-	(3.035)	(2.909)	-	(2.909)
Material		(29)	-	(29)	(27)	6	(21)
Serviços de Terceiros		(2.327)	(1.716)	(4.043)	(1.911)	59	(1.852)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	-	(7)	(3)	-	(3)
Depreciação e amortização	16.4	(15.995)	15.933	(62)	(15.968)	15.913	(55)
Outros		(118)	-	(118)	(166)	3	(163)
		<u>(21.511)</u>	<u>14.217</u>	<u>(7.294)</u>	<u>(20.984)</u>	<u>15.981</u>	<u>(5.003)</u>
Resultado da atividade		<u>134.094</u>	<u>239.603</u>	<u>373.697</u>	<u>123.713</u>	<u>72.732</u>	<u>196.445</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		28.969	-	28.969	22.295	-	22.295
Despesas financeiras		(53.376)	-	(53.376)	(54.054)	-	(54.054)
		<u>(24.407)</u>	<u>-</u>	<u>(24.407)</u>	<u>(31.759)</u>	<u>-</u>	<u>(31.759)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>109.687</u>	<u>239.603</u>	<u>349.290</u>	<u>91.954</u>	<u>72.732</u>	<u>164.686</u>
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social		(34.714)	-	(34.714)	(27.879)	-	(27.879)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	16.5	-	(83.502)	(83.502)	-	(27.919)	(27.919)
Incentivos fiscais		28.446	-	28.446	19.834	-	19.834
		<u>(6.268)</u>	<u>(83.502)</u>	<u>(89.770)</u>	<u>(8.045)</u>	<u>(27.918)</u>	<u>(35.964)</u>
Lucro líquido	18	<u>103.419</u>	<u>156.101</u>	<u>259.520</u>	<u>83.909</u>	<u>44.813</u>	<u>128.722</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

16.1 Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.611.229 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.362.870 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados

aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

16.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 522.602 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 536.818 em 31 de dezembro de 2024) identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

16.3 Intangível

O ajuste de R\$ 8.794 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.794 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

16.4 Depreciação e amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo intangível e passam a ser amortizados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) / OCPC05 a partir do início da concessão.

16.5 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 346.768 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 263.266 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 149.038 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 126.066 em 2024), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção e receita de remuneração. A liquidação desta obrigação

diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

16.6 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

17 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	620.137	645.720
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) / CPC 47 (a)	(584.027)	(427.926)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>36.110</u>	<u>217.794</u>

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

18 Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	259.520	128.722
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)/ CPC 47 (a)	(156.101)	(44.813)
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	<u>103.419</u>	<u>83.909</u>

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

19 Demonstração dos fluxos de caixa

19.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	2.304
Total	<u>2.304</u>

19.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	566.618	(26.469)	(27.392)	53.035	565.792
Debêntures	-	-	-	-	-
Dividendos	9.019	(291.818)	-	285.103	2.304
Total	<u>575.637</u>	<u>(318.287)</u>	<u>(27.392)</u>	<u>338.138</u>	<u>568.096</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

20 Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Equatorial Transmissora S.A, sua controladora.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora de Relações com os Investidores

Conselho de administração

Ana Graciela Heugas Granato,
Presidente do Conselho de Administração

Artur Fabiano Marques,
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,
Membro

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O